

Mobilidade espacial dos trabalhadores formais do Rio Grande do Sul: um exercício a partir da RAISMIGRA*

Sheila S. Wagner Sternberg**

Pesquisadora da FEE e do Observatório das Metrôpoles,
Núcleo de Porto Alegre (INCT/CNPq)

Resumo

O presente artigo faz um exercício exploratório a respeito da mobilidade espacial dos trabalhadores formais do Rio Grande do Sul, entre os anos 2000 e 2008, contemplando as quatro aglomerações urbanas institucionalizadas do RS, a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), a Aglomeração Urbana do Nordeste (Aune), a Aglomeração Urbana do Sul (Ausul) e a Aglomeração Urbana do Litoral Norte (Aulinort), e tendo como fonte dos dados a RAISMIGRA, uma base de dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Tendo como ponto de partida a situação geográfica daqueles indivíduos, que, em algum momento de 2000, tiveram vínculo formal de trabalho no RS, verificou-se onde os mesmos se encontravam ao final de 2008, identificando-se, desse modo, trabalhadores migrantes e não migrantes. Os resultados demonstram que, entre aqueles que foram desligados em 2000, havia uma maior proporção de trabalhadores migrantes do que entre aqueles que se mantiveram empregados ao final do mesmo ano. Além disso, observa-se que as condições dos mercados de trabalho de cada aglomerado influem sobre as taxas de emigração de cada um deles e também sobre a sua capacidade de atrair migrantes.

Palavras-chave: RAISMIGRA; aglomerados urbanos; mobilidade espacial.

Abstract

This paper presents an exploratory and preliminary study about the spatial mobility of the formal employees of the State of Rio Grande do Sul (RS), between the years of 2000 and 2008, considering the institutionalized

* Revisor de Língua Portuguesa: Breno Camargo Serafini.
Artigo recebido em 13 out. 2010.

Uma primeira versão deste artigo foi apresentada no Seminário Nacional Governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano, realizado de 1 a 3 de setembro de 2010, em Natal-RN.

** E-mail: sheila@fee.tche.br

A autora agradece a leitura e as pertinentes sugestões do colega Guilherme G. de F. Xavier Sobrinho.

urban agglomerations of Rio Grande do Sul: the Greater Porto Alegre Metropolitan Area (RMPA), the Northeastern Urban Agglomeration (AUNE), the Southern Urban Agglomeration (AUSUL) and the North Coast Agglomeration (AULINORT). It takes the RAISMIGRA, a data base of the Employment Ministry as data source. Considering the geographic situation of the employees in 2000, the study intends to investigate where these employees are working in 2008. The analysis, despite being preliminary and very synthetic, shows that the migration rate of formal employees is related to the conditions of the formal labor market of each urban agglomeration considered in the study.

Key words: RAISMIGRA; urban agglomerations; spatial mobility.

As importantes transformações que marcaram a economia nacional na década de 90 — maior inserção do Brasil no processo de globalização, estabilização monetária e aprofundamento do processo de reestruturação produtiva — tiveram reflexos importantes sobre as condições gerais do mercado de trabalho. Em linhas gerais, registraram-se redução significativa do contingente de trabalhadores formalmente empregados e aumento da informalidade e do desemprego.

Os efeitos de tais mudanças se fizeram sentir também sobre a dinâmica territorial, verificando-se, no âmbito regional e urbano, um movimento de desconcentração e reconcentração espacial da atividade econômica e da população, acompanhadas de alterações nos fluxos migratórios (Mammarella; Barcellos, 2008; Ferreira; Matos, 2004). Desse modo, a análise da mobilidade espacial da mão de obra aparece como importante elemento para a compreensão tanto de aspectos relacionados à reestruturação geográfico-econômica como daqueles atinentes ao mercado de trabalho e à reorganização do sistema produtivo (Ferreira; Mattos, 2004).

Assim sendo, o presente estudo procura fazer um primeiro exercício de caráter exploratório a respeito da mobilidade espacial dos trabalhadores formais do Rio Grande do Sul, utilizando a RAISMIGRA, uma base do Ministério do Trabalho e Emprego, como fonte dos dados.

Em termos geográficos, acompanhou-se o movimento dos trabalhadores considerando as quatro aglomerações urbanas institucionalizadas do Rio Grande do Sul (AUs)¹ — a Região Metropolitana de Porto Alegre

(RMPA), estabelecida pela Lei Complementar nº 14/73, composta atualmente por 31 municípios; a Aglomeração Urbana do Sul (Ausul), oficializada em dezembro de 1990 pela Lei Complementar nº 9.184, formada por cinco municípios; a Aglomeração Urbana do Nordeste (Aune), criada em dezembro de 1994 (Lei Complementar nº 10.335), constituída por 10 municípios; e a Aglomeração Urbana do Litoral Norte (Aulinort), composta por 19 municípios, datada de maio de 2004 (Lei Complementar nº 12.100) — e também o conjunto de municípios fora dos aglomerados, utilizado para compor o quadro estadual. Embora a movimentação de trabalhadores tenha sido obtida a partir dos dados municipais, deve-se mencionar que o dado apresentado se refere sempre à agregação dos municípios de cada AU, não se contemplando, neste momento, movimentos entre os municípios de uma mesma aglomeração ou entre esses municípios e os demais municípios estaduais. Trata-se, evidentemente, de uma assumida simplificação analítica que acaba por encobrir as trocas intermunicipais, aspecto importante no contexto regional e que, por isso mesmo, pretende-se incorporar nos próximos estudos.

Além dessa, uma outra simplificação do estudo diz respeito ao fato de se considerarem apenas os anos extremos do período 2000-08, fazendo com que, desse modo, movimentos de admissões e desligamentos e também de mudanças geográficas ocorridas nos anos intermediários não sejam contemplados na análise.

O exercício sobre a mobilidade espacial dos trabalhadores do RS foi feito então tendo como ponto de partida a situação geográfica daqueles indivíduos que, em algum momento de 2000, tiveram vínculo formal de trabalho no RS e verificando-se, a seguir, onde os mesmos se encontravam ao final de 2008. Identificaram-se, assim, dois grupos de trabalhadores: os migrantes

¹ Para mais detalhes a respeito dos aglomerados urbanos no RS, ver, dentre outros, Mammarella e Barcellos (2008) e Alonso (2009).

e os não migrantes. Consideraram-se migrantes aqueles indivíduos que, em 2008, encontravam-se formalmente empregados em local diferente daquele no qual estavam alocados em 2000.²

Após essa introdução, apresenta-se a RAISMIGRA (s.d.), a base de dados do Ministério do Trabalho e Emprego utilizada neste estudo. Na seção seguinte faz-se uma breve caracterização dos aglomerados urbanos institucionalizados do RS, enfocando aspectos relacionados aos seus mercados de trabalho a partir de indicadores do Censo Demográfico 2000 (IBGE, 2009) e também da RAIS 2000 (s.d.). Na seção 3, apresentam-se os resultados do exercício empreendido. Por fim, nas Considerações finais, recuperam-se as principais evidências do estudo.

1 A base RAISMIGRA: uma breve caracterização

A RAISMIGRA³ é uma base de dados extraída da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) que, utilizando o mesmo critério de categorização de variáveis da RAIS, propicia o acompanhamento, ao longo do tempo, da trajetória dos indivíduos através de seus vínculos de trabalho no mercado formal, contemplando-se as dimensões geográfica (até o nível municipal), setorial e ocupacional. A base está organizada de forma longitudinal, permitindo a realização de estudos de mobilidade, duração do vínculo e reinserção de indivíduos no mercado de trabalho, o que não é permitido pela base RAIS convencional.

A base, que conta ainda com um número restrito de usuários, é disponibilizada, via de regra, apenas àqueles que já tenham certa tradição na utilização de registros administrativos, especialmente a RAIS. Nela, cada registro representa um trabalhador em

estabelecimento pertencente a um corte geográfico e setorial delimitado, em determinado período de tempo. Têm-se, portanto, informações sobre a situação desses trabalhadores, tomando-se como referência a sua posição ao final de cada ano da RAIS, no intervalo temporal contemplado pela base.

A RAISMIGRA é oferecida em dois modelos: o “painel” e o “vínculo”. O primeiro, que será utilizado neste exercício, traz informações sobre a situação dos trabalhadores ao final de cada ano contemplado na trajetória, permitindo a realização de estudos de mobilidade dos indivíduos no mercado de trabalho a partir do acompanhamento da sua trajetória intersetorial, ocupacional e geográfica, ao longo do tempo. Assim, considerando-se um ponto inicial no tempo, acompanham-se os mesmos indivíduos em sucessivos momentos, podendo-se compor a sua trajetória ocupacional, em um determinado intervalo de tempo e possibilitando a visualização da sua mobilidade antes e depois do ano tomado como referência. A base é organizada por trabalhador, e cada registro armazena a sua situação ao final de cada ano contemplado na trajetória, através de variáveis do estabelecimento empregador, do trabalhador e do vínculo empregatício que o mesmo ocupa, computando-se, para cada ano, somente o “melhor vínculo”⁴ de cada trabalhador. O modelo “vínculo”, por sua vez, possibilita a realização de estudos de duração de vínculos (tempo de emprego e desemprego) e de reinserção no mercado de trabalho formal, considerando todos os vínculos ocupados pelos trabalhadores durante a trajetória considerada e não somente, como no caso anterior, o último vínculo de cada ano dessa trajetória. Nos dois modelos, as informações para geração da base são obtidas da RAIS, e a atualização das trajetórias é feita pela incorporação dos anos de referência, na medida de sua disponibilidade.

O acompanhamento da trajetória do trabalhador é feito através do número do Programa de Integração Social (PIS) do trabalhador⁵, pesquisado nos registros da RAIS

² Lembre-se que, na RAIS, e, portanto, também na RAISMIGRA, a informação é fornecida em função do local de trabalho do indivíduo. Assim sendo, tem-se aqui um conceito de migrante diferente daquele do Censo Demográfico, já que nem sempre a mudança de local de trabalho significa mudança no local de residência.

³ Conforme Castro (1998), a RAISMIGRA, em sua versão original, foi concebida para atender à demanda do Projeto “Trajetórias inter-setoriais ocupacionais dos trabalhadores desligados da indústria”, desenvolvido pelo CIET/SENAI, com apoio da FINEP, abrangendo os trabalhadores desligados da indústria de transformação em todo o País, no período compreendido entre 1989 e 1993, contemplando suas trajetórias entre o mês de desligamento e dezembro de 1995.

⁴ Isso significa que se toma, para cada trabalhador, apenas um vínculo por ano. Assim, se houver mais de um vínculo para o mesmo trabalhador em determinado ano da trajetória, prevalece o vínculo ativo ao final do ano, isto é, sem data de desligamento, já que a base se propõe a informar sobre a situação de cada trabalhador ao final de cada ano. Se não houver vínculo ativo em 31/12, é contabilizado aquele com data de desligamento mais recente, dentro daquele ano.

⁵ Cardoso (2000) salienta que, não raro, o próprio trabalhador abandona uma carteira de trabalho que tenha muitos registros de empregos, provocando, como consequência, alteração no seu PIS. Essa mudança voluntária pode provocar erros na base, uma vez que o acompanhamento dos trabalhadores é feito através do PIS.

e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Assim, os dados referentes a um determinado trabalhador são captados sempre que o mesmo tiver vínculo formal e o seu empregador responder à declaração anual da RAIS. É possível identificar, então, para um determinado intervalo de tempo, aqueles trabalhadores que permanecem empregados ao longo de todo o período, aqueles que, sendo desligados em um ano específico, conseguem retornar ao mercado formal e também aqueles que, após o desligamento, não mais retornam ao mercado formal.

Ao incorporar a dimensão das trajetórias ocupacionais, a RAISMIGRA traz, inegavelmente, um avanço significativo nos estudos sobre o comportamento do mercado de trabalho, sobretudo no período intercensitário, quando a mais importante fonte de dados municipais se encontra, em muitos aspectos, desatualizada. A importância da base cresce ainda mais, se considerarmos que essa ferramenta é uma das únicas que permite a desagregação de dados até no nível municipal⁶, possibilitando, desse modo, que um “olhar” espacial, ainda pouco utilizado, seja agregado às análises sobre o mercado de trabalho.

Entretanto, ainda que reconhecendo sua importância e contribuição para os estudos sobre mercado de trabalho, assim como no caso da utilização da RAIS, seguindo orientação do próprio MTE, deve-se atentar para a existência de eventuais imprecisões nos dados, decorrentes da utilização de registros administrativos que, pela sua própria natureza, não sofrem processo de crítica, sendo, por isso mesmo, passíveis de apresentarem erros provenientes de declarações malpreenchidas. No caso específico dessa base, a organização longitudinal, por unificar informações de diferentes anos, com níveis diferentes de qualidade e cobertura de declaração, potencializa os problemas decorrentes da utilização dos registros administrativos, especialmente em níveis mais desagregados de pesquisa, exigindo maior cuidado na sua utilização.

Ainda um aspecto a ser considerado diz respeito à arquitetura da base, que, ao considerar, ao final de cada ano, apenas o vínculo sem data de desligamento (vínculo ativo), ou, caso esse não exista, aquele com data de desligamento mais recente⁷, acaba omitindo alguns movimentos ocorridos com o trabalhador ao longo do ano,

fazendo com que se perca, potencialmente, a possibilidade de acompanhar, na íntegra, a sua trajetória.

Além dessas limitações inerentes à própria base, é preciso considerar também outra, particularmente importante para a análise de trajetórias ocupacionais, que diz respeito à cobertura dos dados, uma vez que os registros nela contidos são restritos ao mercado formal, inviabilizando, dessa forma, a apreensão da situação de trabalhadores que não estejam formalmente empregados. Assim, quando o trabalhador deixa de ser captado pela base, é impossível saber se ele permanece ocupado — nesse caso, no mercado informal —, se está desempregado ou na inatividade, o que, sem dúvida, dificulta o traçado das trajetórias ocupacionais, já que as ocupações não formais marcaram sempre importante participação no mercado de trabalho brasileiro (Toni; Xavier Sobrinho, 1997; Xavier Sobrinho et al., 2000).

Feitas estas rápidas considerações a respeito da base de dados, passamos, na seção seguinte, a comentar os resultados obtidos nesse exercício.

2 Os mercados de trabalho dos aglomerados: rápida caracterização⁸

Os aglomerados urbanos institucionalizados (Mapa 1) diferenciam-se entre si sob os mais diversos pontos de vista, percebendo-se, de maneira geral, um nítido “escalonamento” entre essas regiões. Tomando-se o Censo Demográfico 2000, verifica-se que a RMPA destaca-se com os melhores indicadores em praticamente todas as variáveis analisadas; a Aune detém resultados que a aproximam de uma condição “quase-metropolitana”; a Aulinort assemelha-se bastante às médias estaduais, sendo menos reconhecível sua condição de espaço funcionalmente especializado; e a Ausul encontra-se, de modo geral, em uma posição intermediária entre as duas outras aglomerações não metropolitanas (Tabela 1).

A RMPA é o maior destaque, tanto em termos de volume populacional, como na taxa de urbanização, seguida pela Aune, pela Ausul e pela Aulinort.

⁶ Além das bases disponibilizadas pelo MTE (RAIS, Caged e RAISMIGRA), apenas o Censo Demográfico, realizado a cada 10 anos, fornece informações desagregadas em nível de municípios.

⁷ Lembra-se que isso ocorre, pois a base pretende armazenar a situação de cada trabalhador ao final de cada ano.

⁸ Esta parte do trabalho baseia-se, fundamentalmente, em Xavier Sobrinho e Sternberg (2010). Para mais detalhes a respeito da caracterização dos aglomerados urbanos do RS, ver, além do texto citado, Mammarella e Barcellos (2008) e Alonso (2009). Especificamente sobre a RMPA, ver, dentre outros, Alonso (2001); Mammarella (2000) e Sternberg (2009).

Tomando-se a questão da urbanização pelas variáveis relacionadas ao mercado de trabalho, constata-se que, dentre os indivíduos economicamente ativos, a concentração no espaço urbano atinge 96,2% na RMPA, 92,0% na Ausul e 86,4% no Nordeste, percentuais que são significativamente superiores aos 79,9% verificados no agregado do Rio Grande do Sul e, mais ainda, à taxa de 77,6% registrada no Litoral Norte, única aglomeração em que o mercado de trabalho é menos urbanizado do que o conjunto do Rio Grande do Sul. O mesmo ordenamento entre as regiões verifica-se quando se tomam a População em Idade Ativa (PIA) e o contingente de trabalhadores ocupados conforme a situação do domicílio.

No Sul, com a configuração mais urbanizada, o mercado de trabalho mostra uma situação de reconhecível precariedade, escancarada por uma taxa de desemprego de 17,8%, muito mais alta do que a aferida no Estado e nas demais aglomerações. Combine-se a esse indicador a mais baixa taxa de participação — apenas 54,8% dos indivíduos em idade ativa eram economicamente ativos em 2000 (contra 61,2%, no agregado do Rio Grande do Sul) —, o que amplifica a percepção de um mercado com destacáveis restrições.

Também no Litoral Norte, ainda que em menor intensidade, encontram-se as mesmas adversidades observadas na Ausul — taxa de desemprego elevada e deprimida participação dos indivíduos na atividade econômica. Entretanto, o que mais distingue seu mercado de trabalho, no conjunto estudado, é o baixo grau de estruturação e de formalização das relações de trabalho.

Na Aulinort, o nível de assalariamento dos indivíduos ocupados (55,6%) é consideravelmente inferior ao do Estado (61,7%), ao da Ausul (64,1%) e, sobretudo, aos da Aune (68,3%) e da RMPA (73,1%). Além de mais “rarefeito”, no universo da ocupação regional, o emprego no Litoral Norte atinge os mais altos níveis de informalidade dentre os recortes territoriais aqui considerados: nada menos do que 38,1% dos assalariados da região não têm registro oficial de seu vínculo. Na Ausul, esse contingente representa 28,9% — patamar próximo ao do agregado do Estado (26,7%) —, ao passo que, no aglomerado serrano, ele se limita a 18,3%, valor inferior àquele da RMPA (23,8%).

A menor presença do emprego assalariado no mercado de trabalho litorâneo tem como contrapartida uma participação mais elevada de todas as demais categorias de posição na ocupação. Para trabalhadores por conta própria, não remunerados e ocupados na produção para o próprio consumo — formas de inserção associadas à precariedade (Toni, 2006) —, os percentuais verificados na Aulinort excedem os das demais

aglomerações. Quando se toma a parcela de empregadores, no entanto, o destaque é a Aune, com 5%, cabendo a segunda posição para a Aulinort (4,4%) e a terceira para a RMPA (4,0%). A região sul, por fim, é o único dos aglomerados em que o percentual de empregadores no conjunto de ocupados (3,0%) se situa abaixo do parâmetro rio-grandense (3,5%).

Conforme já vem sendo antecipado nas alusões comparativas, a Aune e a RMPA destacam-se por ostentarem mercados de trabalho relativamente mais robustos e estruturados, o que pode ser visto pelas taxas de desocupação, pelos níveis de participação na atividade econômica, pelo expressivo assalariamento e pelo nível de assalariamento formal.

Por fim, um rápido olhar sobre a situação do emprego formal nos espaços considerados (Tabela 2) mostra que, em 2000, a RMPA, com 953 mil trabalhadores com vínculo legalizado, respondia por 50,3% do total estadual, seguida à distância pela Aune (8,7%), pela Ausul (4,1%) e pela Aulinort (1,6%).

Ao se considerar a estrutura setorial do emprego, em cada um dos aglomerados, algumas diferenças podem ser apontadas. Na Aune, em 2000, a indústria de transformação era o setor com maior expressão. Nesse aglomerado, marcadamente mais industrial do que os demais e também do que a totalidade do RS, a indústria de transformação reunia 50,5% dos empregados formais, participação que era cerca de três vezes superior à do mesmo setor na Ausul, 3,5 vezes superior à encontrada na Aulinort e cerca do dobro daquela registrada pelo setor na RMPA e no conjunto do Estado.

Na RMPA, na Ausul e na Aulinort, as atividades do Terciário (comércio, serviços e administração pública) eram as que abrigavam a maior parcela dos empregados formais.

Na RMPA, o setor serviços era o maior absorvedor de mão de obra formal (32,9%), seguido pela administração pública (24,4%), pela indústria de transformação (23,0%) e pelo comércio (13,9%). Na Aulinort, o serviços também era o setor de maior expressão no emprego, respondendo por 31,2% dos empregados formais, seguido pelo comércio (26,8%), pela administração pública (19,9%) e pela indústria de transformação (14,4%). Na Ausul, o setor serviços detinha a maior parcela de empregados formais (37,4%), seguido pelo comércio (20,9%) e pela indústria de transformação (16,5%), com pequena vantagem em relação à administração pública (16,0%).

Ainda que expressivos no âmbito regional, os setores do Terciário dos dois últimos aglomerados não chegavam a ter grande significado no contexto estadual.

A Ausul detinha participação de 5,4%, 5,2% e 3,4% no serviços, no comércio e na administração pública estaduais, respectivamente, enquanto a participação da Aulinort era de 1,7% no serviços, de 2,5% no comércio e de 1,6% na administração pública do RS. A RMPA,

diferentemente, tinha participação majoritária no Terciário estadual (55,7%) destacando-se seu elevado peso nos congêneres estaduais dos três segmentos que o compõem: 58,0% no serviços, 63,6% na administração pública e 42,3% no comércio.

Tabela 1

Indicadores selecionados para os aglomerados urbanos institucionalizados do RS — 2000

INDICADORES SELECIONADOS	RMPA	AUNE	AUSUL	AULINORT	TOTAL DO RS
População	3 658 376	605 749	557 216	231 753	10 187 798
Taxa de participação					
Urbana	60,7	65,8	54,2	58,5	59,9
Rural	58,6	69,6	62,4	63,9	66,5
Total	60,6	66,3	54,8	59,6	61,2
Taxa de desemprego					
Urbana	15,1	11,1	18,9	14,9	14,3
Rural	11,3	4,0	5,4	6,3	3,8
Total	15,0	10,1	17,8	13,0	12,2
Taxa de urbanização					
PIA	96,1	87,0	93,0	79,1	81,6
PEA	96,2	86,4	92,0	77,6	79,9
Ocupados	96,0	85,4	90,8	75,9	78,0
Ocupados por posição na ocupação					
Empregados	73,1	68,3	64,1	55,6	61,7
Empregados - com carteira de trabalho assinada	68,4	76,6	61,4	47,9	63,7
Empregados - militares e funcionários públicos estatutários	7,8	5,1	9,7	14,0	9,6
Empregados - outros sem carteira de trabalho assinada	23,8	18,3	28,9	38,1	26,7
Empregadores	4,0	5,0	3,0	4,4	3,5
Conta própria	21,6	22,7	28,3	30,2	26,2
Não remunerado - ajuda a membro do domicílio	1,0	3,6	3,8	6,0	7,0
Produção para o próprio consumo	0,3	0,4	0,8	3,7	1,6

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: dez. 2009.

Mapa 1

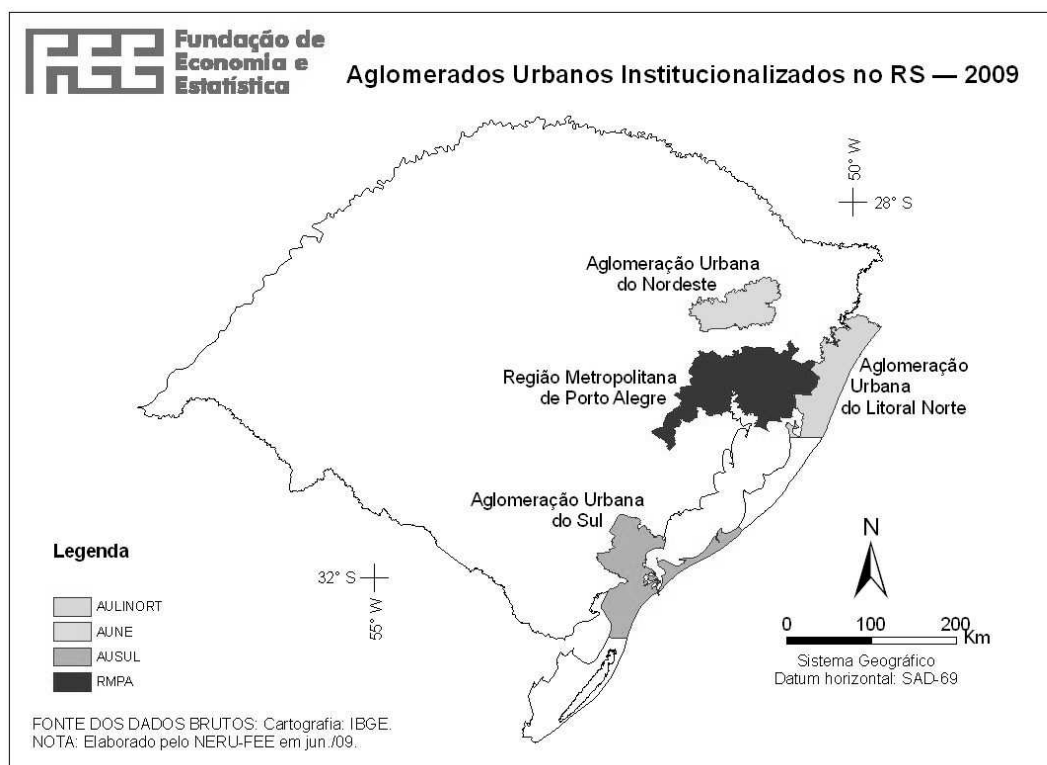


Tabela 2

Distribuição setorial do emprego formal nos aglomerados urbanos do RS — 2000

AGLOMERADOS URBANOS	EXTRATIVA MINERAL	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE SAÚDE PÚBLICA	CONSTRUÇÃO CIVIL	COMÉRCIO
Aulinort	58	4 279	265	1 080	7 963
Aune	204	83 047	291	5 148	22 759
Ausul	204	12 862	734	3 301	16 311
RMPA	848	218 985	12 029	36 396	132 298
Total RS	4 800	514 104	18 711	68 538	312 527

AGLOMERADOS URBANOS	SERVIÇOS	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	AGROPECUÁRIA	TOTAL
Aulinort	9 258	5 917	887	29 712
Aune	40 576	9 622	2 662	164 309
Ausul	29 174	12 476	2 987	78 049
RMPA	313 384	232 238	6 810	953 005
Total RS	539 861	365 139	70 020	1 893 789

FONTES: RAIS-MTE.

3 O exercício com a RAISMIGRA

Em 2000, de acordo com informações da RAISMIGRA, foram registrados, no Rio Grande do Sul, cerca de 2,7 milhões de vínculos formais de trabalho, dos quais 27,6% se encontravam no setor serviços, 27,4% na indústria de transformação, 17,2% no comércio e 16,9% na administração pública, restando aos demais setores participação inferior a 5% do total dos vínculos.

Especialmente, os vínculos formais registrados em 2000, distribuíam-se de maneira heterogênea, no território estadual. Dentre os aglomerados urbanos considerados, destaca-se a Região Metropolitana de Porto Alegre, que abrigava a metade do total. Os demais aglomerados detinham participações bem menos expressivas, no total de vínculos estaduais: 7,9% na Aune, 4,5% na Ausul e 1,8% na Aulinort (Tabela 3).

Na RMPA, na Ausul e na Aulinort, o setor serviços era o que detinha a maior parcela de vínculos, enquanto, na Aune, a indústria de transformação era responsável pela metade dos vínculos registrados no ano.

Ao final do ano, parcela majoritária dos vínculos mantinha-se ativa em todos os setores de atividade, em todos os espaços considerados, ainda que a proporção de vínculos ativos e aqueles que não se encontravam mais ativos⁹ diferisse em cada um deles. Em 31/12/2000, havia, no Estado, 2,2 milhões de trabalhadores em atividade¹⁰, o que correspondia a 81,8% dos vínculos registrados no ano, enquanto pouco menos de 500 mil trabalhadores haviam sido desligados, dos quais 30% se encontravam na indústria de transformação, setor que respondia pela maior parcela de desligados no ano.

Ao se considerar a proporção de vínculos mantidos e desfeitos em cada setor, ao final de 2000, observa-se que, na construção civil, na agropecuária, no comércio e na indústria de transformação, o percentual de trabalhadores desligados no ano superava a do total de

vínculos (18,2%), com destaque para o primeiro, em que os desligamentos atingiam 34,4% do total de vínculos registrado no ano.

Também nos aglomerados encontram-se distinções na proporção de vínculos mantidos e desfeitos no ano. A Aulinort era o aglomerado que detinha a menor proporção de vínculos ativos (72,0%) no ano, sendo este o único em que a participação desses vínculos ficava abaixo da marca estadual, o que possivelmente se associa às más condições do mercado de trabalho daquela região. No extremo oposto, a RMPA, com mercado de trabalho mais robusto e organizado, ostentava a melhor condição dentre as regiões estudadas, com a maior participação de vínculos ativos (83,8%) no ano. Também a Aune, refletindo as condições favoráveis de seu mercado de trabalho, mostrava elevada participação dos vínculos mantidos no ano (83,2%), valor muito próximo ao da RMPA. Em todos eles, assim como no conjunto do RS, a construção civil era o setor com maior proporção de trabalhadores desligados ao final de 2000.

A distribuição dos vínculos mantidos e daqueles desfeitos, no ano base, mostrava, assim como a totalidade dos vínculos, distribuição heterogênea no território estadual. Repetindo a situação da totalidade dos vínculos, nos dois casos a RMPA detinha a maior concentração — majoritária entre os mantidos (51,3%) e um pouco menor entre desfeitos (44,5%). Com muito menor expressão nos dois casos, encontravam-se, pela ordem, a Aune, a Ausul e a Aulinort.

Uma vez traçado esse panorama da situação dos vínculos ao final de 2000, passa-se, a seguir, a analisar a trajetória desses dois grupos de trabalhadores — os com vínculo ativo e os desligados —, para conhecer o seu destino, em termos geográficos¹¹ e também setorial, ao final de 2008.

⁹ Estamos tratando aqui do conjunto de trabalhadores desligados, independentemente da causa de desligamento (demissão, aposentadoria, falecimento, transferência, dentre outros). Salientamos que os demitidos correspondem a mais de 90% daqueles que, em 31.12.2000, não tinham mais vínculo formal de trabalho no RS.

¹⁰ O total de vínculos ativos em 31.12.2000 (trabalhadores em atividade) difere do estoque de trabalhadores informado na RAIS 2000 (1.893.789 trabalhadores), fundamentalmente em decorrência das diferenças existentes, na arquitetura das duas bases, em relação aos critérios de aproveitamento dos vínculos.

¹¹ Como o interesse da pesquisa é verificar a mobilidade dos trabalhadores no RS, a pesquisa do destino dos trabalhadores, na base, foi feita considerando-se a possibilidade de inserção no mercado formal, em 2008, apenas nesse Estado, o que corresponde a mais de 90% dos casos. Para os que estavam formalmente empregados em 2000 e 2008, apenas 3,6% estavam fora do RS no último ano. Para os desligados em 2000, que voltaram ao mercado formal em 2008, 8,8% não se encontravam mais no Estado.

Tabela 3

Vínculos formais, por aglomerado urbano do RS, em 31.12.2000

AGLOMERADOS URBANOS	NÚMEROS ABSOLUTOS			VARIÇÃO PERCENTUAL			DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL (%)		
	Vínculo Ativo	Desligados	Total	Vínculo Ativo	Desligados	Total	Vínculo Ativo	Desligados	Total
RMPA	1 121 292	217 062	1 338 354	83,8	16,2	100,0	51,3	44,5	50,0
Aune	175 648	35 356	211 004	83,2	16,8	100,0	8,0	7,2	7,9
Ausul	100 118	21 288	121 406	82,5	17,5	100,0	4,6	4,4	4,5
Aulinort	34 900	13 569	48 469	72,0	28,0	100,0	1,6	2,8	1,8
Outros (1).....	753 918	200 609	954 527	79,0	21,0	100,0	34,5	41,1	35,7
Ignorado	751	0	751	100,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	2 186 627	487 884	2 674 511	81,8	18,2	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: RAISMIGRA-MTE.

(1) Corresponde ao conjunto de municípios do RS não pertencentes aos aglomerados urbanos institucionalizados.

3.1 Os trabalhadores com vínculo ativo em 31 de dezembro de 2000

Ao final de 2008, aproximadamente 68% dos trabalhadores com vínculo ativo em 31/12/2000, isto é, 1.479.622 indivíduos, mantinham-se no mercado formal de trabalho gaúcho¹². Deste total, 93,6%¹³ estavam no mesmo espaço do início do período, encontrando-se, portanto, um pequeno contingente de trabalhadores migrantes — apenas 6,4% do total (Tabela 4).

Assim, em 2008, a distribuição espacial dos empregados não apresentava mudanças significativas em relação ao contingente com vínculo ativo em 31/12/2000, evidenciando-se ainda forte concentração na RMPA, que detinha 51,8% do total, seguida, à distância, pela Aune (7,9%), pela Ausul (4,7%) e pela Aulinort (1,5%).

Dentre os aglomerados considerados, na Ausul e, especialmente, na Aulinort, a proporção de migrantes, em relação ao total de empregados no último ano, superava a média estadual, o que se relaciona, como se viu anteriormente, às condições mais adversas desses

mercados de trabalho, comparativamente aos demais AUs. Em 2008, na Ausul, 8,3% dos empregados formais haviam emigrado, e, na Aulinort, 18,6% não se encontravam mais na região, uma taxa que era praticamente três vezes superior à estadual. Na Aune, a proporção de migrantes (6,5%) era praticamente a mesma do agregado estadual, enquanto, na RMPA (4,8%), ficava abaixo desse patamar.

Olhando-se mais detidamente o contingente migrante (94 mil trabalhadores)¹⁴ observa-se que, de acordo com os dados da Tabela 4, dentre os aglomerados estudados, a RMPA destaca-se como a origem da maior parte deles, respondendo por 38,7% do total¹⁵, uma ponderação que, entretanto, ficava bem abaixo daquela que desfrutava no total dos trabalhadores que, estando em atividade em 31/12/2000, permaneceram empregados em 2008 (51,8%). A Aune, a Ausul e a Aulinort respondiam por 8,0%, 6,1% e 4,4% do total de emigrantes do Estado, respectivamente, proporções que eram, nos dois últimos aglomerados, sobretudo na Aulinort, superiores à participação dos mesmos aglomerados no total de

¹⁴ Lembra-se que esse total não inclui aqueles trabalhadores que saíram do RS.

¹⁵ Parcela majoritária dos emigrantes da RMPA (63,6%) dirige-se para o conjunto de municípios não pertencentes aos aglomerados, possivelmente para aqueles no seu entorno, a chamada Região Perimetropolitana (espaço compreendido entre a RMPA e o Aglomerado Urbano do Nordeste) que, conforme Alonso (2001), exerce papel de área de expansão da indústria metropolitana.

¹² Nesta seção, apenas para simplificação da linguagem, trataremos esse conjunto de trabalhadores como empregados em 2008.

¹³ Entre esses se encontram também aqueles trabalhadores com vínculo em municípios não pertencentes aos aglomerados urbanos institucionalizados.

empregados em 2008 (4,7% e 1,5%, respectivamente). O peso de cada aglomerado no total de migrantes coaduna-se com as informações anteriores a respeito das condições do mercado de trabalho de cada um deles, reforçando, de um lado, a ideia de um mercado mais estruturado na RMPA e, portanto, com maior tendência à manutenção de seus trabalhadores e, de outro lado, a maior adversidade da Ausul e, especialmente, da Aulinort, que faz com que uma parcela maior de seus trabalhadores saia em busca de uma melhor inserção em outras regiões.

Ao se tratar do destino dos trabalhadores que migram, observa-se, uma vez mais, a importância da RMPA, que recebe cerca de 40 mil deles (41,9%), a maior parte dos quais (73,8%) vindos do conjunto de municípios fora dos AUs. Os demais aglomerados urbanos, todos com praticamente o mesmo volume de migrantes que chega à Região Metropolitana, são responsáveis em conjunto por pouco mais de um quarto do total de trabalhadores que vieram para aquela região, em 2008 (Tabela 5).

A Aune tem também alguma expressão na recepção de trabalhadores migrantes, recebendo cerca de 15 mil deles (15,9%), dos quais um pouco mais da metade (8,3 mil) proveniente dos municípios fora dos aglomerados e 6 mil (41,0%), da RMPA. Os outros dois aglomerados receberam parcelas bem menores dos migrantes estaduais: 7,1% na Ausul e 3,9% na Aulinort. Nos dois casos, a maior parcela dos trabalhadores que chegam a essas regiões tem origem na RMPA.

Ainda um aspecto a ser observado em relação aos trabalhadores migrantes é o que diz respeito à alta incidência de mudança setorial entre os anos considerados. De acordo com os dados da Tabela 6, observa-se que, no RS, em 2008, comparativamente ao início do período, praticamente a metade deles havia mudado de setor de atividade, uma proporção significativamente maior do que a registrada entre os trabalhadores não migrantes, em que apenas 17,4% não se mantiveram no mesmo setor de atividade do início do período. Tal comportamento, ainda que em diferentes proporções, também foi observado na totalidade dos AUs considerados — em todos eles, houve uma troca mais intensa de setor de atividade entre os trabalhadores migrantes do que entre os não migrantes.

Considerando-se a totalidade de trabalhadores migrantes do RS, observa-se que aqueles que, em 2000, estavam empregados no comércio foram os que mais evidenciaram troca de setor de atividade¹⁶ — em 2008, 67,0% deles não se encontravam mais nesse setor. Igualmente importante foi a troca setorial experimentada pelos migrantes que, em 2000, estavam alocados na construção civil, que, nesse caso, atingiu a marca de 64,5%. Entre os não migrantes, a troca setorial também atingiu patamar elevado na construção civil (35%) e no comércio (30,5%), destacando-se que, nos dois, os casos percentuais foram muito menores do que os registrados entre os migrantes.

Tabela 4

Situação dos trabalhadores com vínculo ativo, em relação à origem de 2000, nos aglomerados urbanos do RS — 2008

ORIGEM	DESTINO 2008					DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL EM 2008 (%)		
	Número de Migrantes	Número de Não Migrantes	Total	Percentual de Migrantes	Percentual de Não Migrantes	Migrantes	Não Migrantes	Total
RMPA	36 575	730 469	767 044	4,8	95,2	38,7	52,7	51,8
Aune	7 595	109 844	117 439	6,5	93,5	8,0	7,9	7,9
Ausul.....	5 745	63 855	69 600	8,3	91,7	6,1	4,6	4,7
Aulinort	4 130	18 110	22 240	18,6	81,4	4,4	1,3	1,5
Outros (1) .	40 359	462 254	502 613	8,0	92,0	42,7	33,4	34,0
Ignorado ...	41	645	686	6,0	94,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	(2) 94 445	1 385 177	1 479 622	6,4	93,6	100,0	100,0	100,0

FONTE: RAISMIGRA-MTE.

(1) Corresponde ao conjunto de municípios do RS não pertencentes aos aglomerados urbanos institucionalizados.

(2) Desconsideraram-se aqueles trabalhadores que saíram do RS.

¹⁶ Consideraram-se aqui apenas os setores com maior expressão nos vínculos formais, em 2000.

Tabela 5

Origem e destino dos trabalhadores migrantes, com vínculo ativo em 2000 e em 2008, no RS

ORIGEM	DESTINO 2008					
	RMPA	Aune	Ausul	Aulinort	Outros	Total
RMPA	0	6 148	4 438	2 725	23 264	36 575
Aune	3 800	0	83	125	3 587	7 595
Ausul	3 231	346	0	55	2 113	5 745
Aulinort	3 314	177	51	0	588	4 130
Outros (1)	29 222	8 317	2 091	729	0	40 359
Ignorado	14	1	0	4	22	41
TOTAL	39 581	14 989	6 663	3 638	29 574	94 445

FONTE: RAISMIGRA-MTE.

(1) Corresponde ao conjunto de municípios do RS não pertencentes aos aglomerados urbanos institucionalizados.

Tabela 6

Situação dos empregados, migrantes e não migrantes, de acordo com o setor de atividade, no RS — 2000 e 2008

SITUAÇÃO DOS EMPREGADOS	TRABALHADORES QUE EM 2008 ESTAVAM NO MESMO SETOR QUE EM 2000	TRABALHADORES QUE EM 2008 ESTAVAM EM SETOR DIFERENTE QUE EM 2000	TOTAL
Não migrantes			
Extrativa mineral	70,9	29,1	100,0
Indústria de transformação	82,2	17,8	100,0
Serviços industriais de utilidade pública	82,2	17,8	100,0
Construção civil	65,0	35,0	100,0
Comércio	69,5	30,5	100,0
Serviços	81,7	18,3	100,0
Administração pública	94,4	5,6	100,0
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	78,3	21,7	100,0
Outros	94,4	5,6	100,0
Ignorado	93,0	7,0	100,0
Subtotal	82,6	17,4	100,0
Migrantes			
Extrativa mineral	6,5	93,5	100,0
Indústria de transformação	56,4	43,6	100,0
Serviços industriais de utilidade pública	78,8	21,2	100,0
Construção civil	35,5	64,5	100,0
Comércio	33,0	67,0	100,0
Serviços	57,1	42,9	100,0
Administração pública	60,8	39,2	100,0
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	37,5	62,5	100,0
Outros	0,0	100,0	100,0
Ignorado	0,0	100,0	100,0
Subtotal	51,5	48,5	100,0
Migrantes e não migrantes			
Extrativa mineral	65,5	34,5	100,0
Indústria de transformação	80,6	19,4	100,0
Serviços industriais de utilidade pública	81,9	18,1	100,0
Construção civil	61,5	38,5	100,0
Comércio	67,0	33,0	100,0
Serviços	79,8	20,2	100,0
Administração pública	93,0	7,0	100,0
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	75,4	24,6	100,0
Outros	92,9	7,1	100,0
Ignorado	92,1	7,9	100,0
Subtotal	80,6	19,4	100,0

FONTE: RAISMIGRA-MTE.

3.2 Os desligados em 2000

Do total de trabalhadores que estiveram empregados em 2000, no RS, e que, ao final do ano, não tinham mais vínculo formal de trabalho (488 mil), 185 mil (37,9%) encontravam-se empregados em 2008¹⁷. Como se vê, a proporção dos desligados em 2000 que retornaram ao vínculo formal em 2008 é bem menos expressiva do que a encontrada para os indivíduos que mantiveram vínculo ativo ao final de 2000 e estavam empregados em 2008, o que permite inferir sobre as dificuldades de uma nova inserção no mercado formal após o desligamento¹⁸.

Do total de trabalhadores que retornaram ao mercado formal em 2008, a maior parcela (84,2%) manteve-se na mesma região na qual havia registrado vínculo em 2000¹⁹. Assim sendo, a distribuição espacial desses retornados era bastante semelhante à dos desligados em 2000: 45,0% encontravam-se na RMPA, 7,8% na Aune, 4,2% na Ausul e 2,6% na Aulinort (Tabela 7).

Nos AUs, ainda que em proporções distintas, parcela majoritária dos trabalhadores que retornaram ao formal em 2008 se encontrava na mesma região em que havia tido vínculo em 2000, evidenciando-se em todos eles um elevado índice de retenção de seus desligados. Apenas na RMPA, o percentual de migrantes ficava abaixo do total estadual, o que, uma vez mais, aponta para as melhores condições desse mercado de trabalho, comparativamente aos demais. A Aulinort, no extremo oposto, é o aglomerado que menos retém seus desligados, já que 34,8% deles não se encontravam mais na região em 2008, um percentual que é mais do que o dobro da média do agregado estadual e que evidencia as limitações de oportunidades do mercado de trabalho da região (Tabela 7).

Tomando-se apenas o contingente migrante (29 mil trabalhadores)²⁰ e desagregando-o de acordo com sua origem em 2000 e destino em 2008, algumas considerações podem ser feitas. Assim, como mostra a Tabela 8, dentre os aglomerados considerados, a RMPA era a região com

maior expressão no volume de migrantes²¹, respondendo por pouco menos de um terço do total, uma ponderação que era, contudo, inferior à que ostentava no total de desligamentos em 2000. A participação dos demais aglomerados no total dos readmitidos em 2008 que não mais se encontravam na região de origem atingia 8,2% na Aune, 6,2% na Ausul e 5,8% na Aulinort, destacando-se que, no primeiro, praticamente se igualava ao peso que o aglomerado detinha nos desligamentos de 2000, enquanto, nos outros dois, e, sobretudo, no último, superava a sua ponderação naquele total. Tais participações apontam a maior dificuldade da Ausul e, especialmente, da Aulinort, comparativamente aos outros dois aglomerados, em reabsorver seus desligados, o que, uma vez mais, se relaciona às piores condições e ao menor nível de estruturação de seus mercados de trabalho.

É também para a RMPA que se dirige a maior parcela dos trabalhadores que emigraram — 47,4% do total —, o que pode ser associado ao volume e à diversificação de oportunidades ali encontradas. A Aulinort e a Aune têm praticamente a mesma contribuição (cerca de 9% cada uma) no contingente de trabalhadores que chegam à RMPA, enquanto a Ausul é a origem de 6% deles.

A Aune tem também importância na recepção dos emigrantes, abrigando 15,4% deles, dos quais pouco menos de um terço vem da RMPA, 3% da Ausul e 2,4% da Aulinort. Finalmente, a Ausul e a Aulinort, mercados de trabalho menos estruturados, recebem pequenas parcelas de trabalhadores migrantes — 4,9% e 4,1% do total, respectivamente.

Também entre esses migrantes observa-se, em 2008, comparativamente ao início do período, elevada tendência à mudança de setor de atividade. Do total de trabalhadores desligados em 2000 que voltaram ao mercado formal em 2008 e que haviam migrado, 60,4% não se encontravam, em 2008, no setor de atividade no qual haviam tido vínculo no ano base (Tabela 9). Tal percentual é maior do que o identificado para os não migrantes que, tendo sido desligados ao final de 2000, voltaram ao mercado formal em 2008 (47,7%) e muito maior do que o encontrado para os migrantes e não migrantes que haviam mantido vínculo ativo ao final de 2000 e também estavam empregados em 2008 — 48,5% e 17,4%, respectivamente, como se viu na seção anterior. Ao que parece, a dificuldade para conseguir uma nova colocação no mercado formal, após desligamento, acaba levando não só a uma migração geográfica como também a uma mudança de setor de atividade.

²¹ Lembre-se que também era aí que se concentrava a maior parte dos desligados em 2000 e também daqueles desligados que voltaram ao vínculo formal.

¹⁷ Uma vez que a base só informa sobre o segmento formal do mercado de trabalho, o fato de não ser computado entre os empregados, em 2008, não significa, obrigatoriamente, uma situação de desemprego, mostra apenas que o trabalhador não tinha vínculo formal de trabalho nesse ano.

¹⁸ Sobre as possibilidades de retorno ao vínculo formal após desligamento, no caso específico dos trabalhadores do RS, ver Sternberg (2001; 2002).

¹⁹ Nesse total, estão incluídos também os trabalhadores pertencentes ao conjunto de municípios fora dos aglomerados urbanos institucionalizados.

²⁰ Lembre-se que, também nesse caso, consideram-se apenas aqueles trabalhadores que permaneceram no RS.

No RS, observa-se que, praticamente na totalidade dos setores de atividade — a única exceção foi a administração pública —, parcela majoritária dos trabalhadores desligados em 2000 que migrou voltou ao vínculo formal em 2008 em setor de atividade distinto daquele no qual havia tido vínculo no ano base. Dentre esses, destacam-se aqueles que, em 2000, estavam empregados no comércio e foram desligados ao final do ano²², já que, em 2008, 74,6% deles haviam mudado de setor. Também importante foi a troca setorial

experimentada pelos migrantes que, em 2000, estavam alocados na construção civil e, após o desligamento, voltaram ao mercado formal em 2008. Do total desses trabalhadores, 65,7% não se encontravam mais na construção civil no último ano considerado. Entre os não migrantes, a troca setorial também atingiu patamar elevado na construção civil (61,3%) e no comércio (57,4%), destacando-se que, nos dois casos, os percentuais foram menores do que os registrados entre os migrantes, especialmente no comércio.

Tabela 7

Situação dos trabalhadores desligados em 2000 e com vínculo em 2008, de acordo com a situação, nos aglomerados urbanos do RS — 2008

ORIGEM 2000	DESTINO 2008					DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL EM 2008 (%)		
	Migrantes	Não Migrantes	Total	Percentual de Migrantes	Percentual de Não Migrantes	Migrantes	Não Migrantes	Total
RMPA	8 853	74 300	83 153	10,6	89,4	30,3	47,7	45,0
Aune	2 394	12 072	14 466	16,5	83,5	8,2	7,8	7,8
Ausul	1 800	6 054	7 854	22,9	77,1	6,2	3,9	4,2
Aulinort	1 690	3 170	4 860	34,8	65,2	5,8	2,0	2,6
Outros (1) .	14 462	60 169	74 631	19,4	80,6	49,5	38,6	40,3
TOTAL	(2) 29 199	155 765	184 964	15,8	84,2	100,0	100,0	100,0

FONTES: RAISMIGRA-MTE.

(1) Corresponde ao conjunto de municípios do RS não pertencentes aos aglomerados urbanos institucionalizados. (2) consideraram-se aqueles trabalhadores que saíram do RS.

Tabela 8

Origem e destino dos trabalhadores migrantes, desligados em 2000 e com vínculo ativo em 2008, no RS

ORIGEM 2000	DESTINO 2008					
	RMPA	Aune	Ausul	Aulinort	Outros	Total
RMPA	0	1 306	592	842	6 113	8 853
Aune	1 209	0	26	46	1 113	2 394
Ausul	890	133	0	22	755	1 800
Aulinort	1 294	107	18	0	271	1 690
Outros (1)	10 438	2 943	792	289	0	14 462
TOTAL	13 831	4 489	1 428	1 199	8 252	29 199

FONTES: RAISMIGRA-MTE.

(1) Corresponde ao conjunto de municípios do RS não pertencentes aos aglomerados urbanos institucionalizados.

²² Consideraram-se aqui apenas os setores com maior expressão nos vínculos formais em 2000.

Tabela 9

Situação dos desligados em 2000, empregados em 2008, migrantes e não migrantes, de acordo com o setor de atividade, no RS — 2008

SITUAÇÃO DOS EMPREGADOS	TRABALHADORES QUE EM 2008 ESTAVAM NO MESMO SETOR QUE EM 2000	TRABALHADORES QUE EM 2008 ESTAVAM EM SETOR DIFERENTE QUE EM 2000	TOTAL
Não migrantes			
Extrativa mineral	33,2	66,8	100,0
Indústria de transformação	60,0	40,0	100,0
Serviços industriais de utilidade pública	18,2	81,8	100,0
Construção civil	38,7	61,3	100,0
Comércio	42,6	57,4	100,0
Serviços	52,9	47,1	100,0
Administração pública	60,8	39,2	100,0
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	59,2	40,8	100,0
Ignorado	0,0	100,0	100,0
Subtotal	52,3	47,7	100,0
Migrantes			
Extrativa mineral	1,7	98,3	100,0
Indústria de transformação	43,2	56,8	100,0
Serviços industriais de utilidade pública	25,7	74,3	100,0
Construção civil	34,3	65,7	100,0
Comércio	25,4	74,6	100,0
Serviços	43,7	56,3	100,0
Administração pública	69,1	30,9	100,0
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	21,3	78,7	100,0
Ignorado	-	-	-
Subtotal	39,6	60,4	100,0
Migrantes e não migrantes			
Extrativa mineral	28,7	71,3	100,0
Indústria de transformação	57,8	42,2	100,0
Serviços industriais de utilidade pública	20,1	79,9	100,0
Construção civil	37,8	62,2	100,0
Comércio	40,2	59,8	100,0
Serviços	51,4	48,6	100,0
Administração pública	62,9	37,1	100,0
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	52,8	47,2	100,0
Ignorado	0,0	100,0	100,0
Subtotal	50,3	49,7	100,0

FONTE: RAISMIGRA-MTE.

4 Considerações finais

O exercício apresentado, que tomou os quatro aglomerados urbanos institucionalizados do RS como unidade de análise para aferir a mobilidade espacial dos trabalhadores formais do RS, ainda que preliminar e carecendo, portanto, de um maior aprofundamento, traz algumas evidências interessantes.

Do total de trabalhadores que tiveram vínculo em algum momento do ano 2000, no RS, a maior parte (82%) mantinha-se empregada ao final daquele ano. Nos aglomerados considerados, também a parcela de trabalhadores que se mantinha empregada ao final de 2000 era majoritária, observando-se a maior expressão desses trabalhadores na RMPA e na Aune, que contavam com mercados de trabalho mais estruturados do que os demais.

Ao se acompanhar, em 2008, a situação dos trabalhadores com vínculo formal ao final de 2000 e daqueles que haviam sido desligados nesse mesmo ano, algumas distinções aparecem. A proporção de trabalhadores empregados ao final de 2008 era maior entre os primeiros (68%) do que entre os demais (38%), sinalizando que, após o desligamento, diminuem as possibilidades de retorno ao mercado formal de trabalho. Na maioria das vezes, o vínculo registrado em 2008 encontra-se no mesmo aglomerado no qual o trabalhador se encontrava em 2000, entretanto para os primeiros a tendência à permanência no aglomerado de origem é maior do que entre os outros — 94% e 84%, respectivamente — o que indica que o desligamento possa ser um elemento indutor da migração de trabalhadores. Em ambos os casos, observa-se uma maior tendência à migração entre os trabalhadores da Aulinort, enquanto a RMPA aparece como o destino preferencial dos trabalhadores que deixam o aglomerado no qual tiveram vínculo em 2000. Tais resultados, também nesse caso, refletem as dificuldades da Aulinort em manter seus trabalhadores e as melhores condições do mercado de trabalho metropolitano, que, desse modo, atrai trabalhadores das demais regiões estaduais.

Além disso, observa-se, especialmente entre os trabalhadores migrantes, uma elevada tendência para a mudança de setor de atividade, mais intensa entre aqueles que, tendo sido desligados em 2000, voltaram ao mercado formal em 2008 do que para os que mantiveram vínculo de trabalho ao final do ano-base e o mantinham em 2008.

Embora aqui se tenham apontado alguns elementos importantes a respeito da mobilidade dos trabalhadores formais do RS, entende-se que muito ainda se deve

avançar, em termos de análise, para que se conheçam mais aspectos a respeito do movimento dos trabalhadores estaduais. De imediato, é preciso incorporar dados sobre migrações entre municípios — tanto aqueles que integram um mesmo aglomerado como também aqueles não pertencentes a esses recortes —, o que permitirá que se tenha um quadro mais acurado da situação dos mercados de trabalho de cada um dos aglomerados e também auxiliará na identificação dos principais vetores de migração no Estado.

Importante também investigar mais detidamente as trocas setoriais e como elas se articulam às migrações, em cada um dos aglomerados estudados, procurando apreender mais detalhadamente as relações entre a migração geográfica e a migração setorial.

Por fim, aspectos relacionados ao perfil (escolaridade, faixa etária, tempo de serviço e rendimento) dos trabalhadores migrantes e não migrantes deverão ser analisados, para que se verifique até que ponto os atributos do indivíduo interferem na sua trajetória no mercado formal de trabalho.

Buscando então aprofundar o conhecimento sobre a mobilidade dos trabalhadores no mercado de trabalho rio-grandense, dever-se-á prosseguir, no futuro próximo, desenvolvendo estudos que utilizem a RAISMIGRA como fonte dos dados.

Referências

- ALONSO, J. A. F. Caracterização econômica da Região Metropolitana de Porto Alegre nos anos 90. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 253-293, 2001.
- ALONSO, J. A. F. A emergência de aglomerações não metropolitanas no Rio Grande do Sul. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, 2009.
- CARDOSO, Adalberto M. Os deserdados da indústria: um estudo sobre seus riscos e seus ativos no mercado de trabalho. **Sociologias**. Porto Alegre, v. 2, n. 4, p.114-185, 2000.
- CASTRO, Nadya Araújo. **Mercado de trabalho industrial, seletividade e qualificação**: contribuição das análises longitudinais. (mimeo, 1998).
- FERREIRA, R. N.; MATOS, R. Migrações de trabalhadores no mercado formal brasileiro entre 1995 e 2003 e as tendências da reestruturação territorial. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., Caxambu: ABEP, 2004.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: dez. 2009.

MAMMARELLA, R. Economia e ocupação no espaço metropolitano: transformações recentes de Porto Alegre. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.) **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2000. p. 152-175.

MAMMARELLA, R.; BARCELLOS, T. M. De. O fenômeno aglomerativo no Rio Grande do Sul: panorama atual. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 36, n. 3 2008.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS — RAIS 2000; 2008. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho e Emprego, s. d.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS — RAISMIGRA. Painel RS, 1990-2007. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho e Emprego, s. d.

STERNBERG, Sheila S. Wagner. O emprego industrial na Região Metropolitana de Porto Alegre, no período 1989-06. In: ALONSO, J. A. F.; MAMMARELLA, R.; BARCELLOS, T. M. de (Org.). **Território, economia e sociedade: transformações na Região Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre: FEE, 2009. p. 81-111.

STERNBERG, Sheila S. Wagner. O emprego formal na Região Metropolitana de Porto Alegre: algumas considerações sobre o período 1989-07. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 155-167, 2009.

STERNBERG, Sheila S. Wagner. A RAIS MIGRA como instrumento de análise do mercado de trabalho: um exercício a partir dos dados do Rio Grande do Sul. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 4, p. 183-199, 2001.

STERNBERG, Sheila S. Wagner. Trajetórias ocupacionais dos trabalhadores da indústria de transformação do RS: algumas considerações a partir da RAIS MIGRA. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 29, n. 4, p. 290-306, 2002.

TONI, Mirian De. **Para onde vai o mercado de trabalho?** a tendência à precarização das relações de trabalho; um estudo da Região Metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre: FEE, 2006. (Tese de Doutorado). (Teses FEE, n. 8).

TONI, Miriam De; XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. **Projeto RS 2010: Emprego**. Porto Alegre: SCP; FEE; METROPLAN, 1997.

XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F.; STERNBERG, Sheila S. Wagner. Mercados de trabalho nas aglomerações urbanas não metropolitanas do RS. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 37, n. 4, 2010. (no prelo).

XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. et al. Mercado de trabalho no Rio Grande do Sul nos anos 90. In: FLIGENSPAN, Flávio B. (Org.). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000.

